



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

> Conselho Geral

> Parecer do CG, proc. Nº. 15/PP/2009-G, de 19 de Janeiro de 2012

### PARECER

#### I INTRODUÇÃO

O objeto do presente parecer é saber se é juridicamente relevante, na pendência de processo de natureza civil, a alteração de alçada (critério que foi fundamental para efeitos de fixação da forma do processo), para efeitos de determinar a competência de advogado estagiário.

#### II. PARECER

Veio a Ilustre Colega, Sra. Dra. ..., solicitar parecer ao Conselho Distrital de Lisboa no sentido de esclarecer se *«é deontologicamente possível que um advogado estagiário faça o julgamento de uma acção cujo valor é de 4.800,00, mas que deu entrada como acção sumária em virtude de ter sido intentada antes da alteração do valor das alçadas?»*. Concretiza depois o problema. Após citar o art. 189.º, EOA, esclarece: *«a questão que se coloca é que o valor do processo cabe, actualmente, na alçada da primeira instância, mas seguiu a forma sumária, porque deu entrada previamente à alteração legislativa que modificou o valor das alçadas»*.

Na sequência da referida solicitação, dirigida ao Conselho Distrital de Lisboa, veio este, pela mão do seu assessor jurídico, aforar:

*«Uma vez que o processo em causa terá dado entrada à luz da lei anterior e, nessa medida, ao mesmo sido atribuído o valor de € 4.800, será nesse momento que se deverá verificar se tal processo caberá ou exercerá a alçada da primeira instância.*

*Ora.*



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

*O valor da alçada dos tribunais de 1ª instância, antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de Agosto, era de € 3.740,98.*

*Sendo que,*

*- Quer no domínio da anterior Lei de Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 Janeiro) - art. 22.º - quer no domínio da lei actual (Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro) - art. 24.º -, resulta claro que a competência fixa-se no momento em que a acção se propõe, sendo irrelevantes as modificações de facto ou de direito que ocorram posteriormente (excepto se for suprimido o órgão a que a causa estava afectada).*

*- Estabilizado, pois, o valor da causa como superior à alçada da Primeira Instância para efeitos desse processo, entende este Conselho Distrital, numa primeira análise, que estará V. Exa. impedida de por si, isto é, sem um efectivo acompanhamento do seu Patrono, aí assumir o mandato.*

*Se prejuízo, e porque nos parece que a questão subjacente se reveste de manifesto interesse geral, transvazando assim o âmbito territorial deste Conselho Distrital, será a mesma remetida ao Conselho Geral da Ordem dos Advogados para elaboração de parecer»*

Foi remetido o expediente a este CG, para proferir parecer.

Distribuído a 23.04.2009, foi redistribuído a 05.04.2011.

Vejamos, então, o acolhimento normativo para a questão em apreciação.

Prescreve o art. 189.º, EOA:

*«1 — Uma vez obtida a cédula profissional como advogado estagiário, este pode autonomamente, mas sempre sob orientação do patrono, praticar os seguintes actos profissionais:*

*a) Todos os actos da competência dos solicitadores;*

*b) Exercer a advocacia em processos penais da competência de tribunal singular e em processos não penais quando o respectivo valor caiba na alçada da 1.a instância;*



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

*c) Exercer a advocacia em processo da competência dos tribunais de menores e em processos de divórcio por mútuo consentimento;*

*d) Exercer a consulta jurídica.*

*2 – Pode ainda o advogado estagiário praticar actos próprios da advocacia em todos os demais processos, independentemente da sua natureza e do seu valor, desde que efectivamente acompanhado de advogado que assegure a tutela do seu tirocínio, seja o seu patrono ou o seu patrono formador.*

*3 – O advogado estagiário deve indicar, em qualquer acto em que intervenha, apenas e sempre esta sua qualidade profissional.»*

Por sua vez dispõe o art. 32.º, CPC:

*«1. É obrigatória a constituição de advogado:*

*a) Nas causas de competência de tribunais com alçada, em que seja admissível recurso ordinário;*

*b) Nas causas em que seja sempre admissível recurso, independentemente do valor;*

*c) Nos recursos e nas causas propostas nos tribunais superiores.*

*2. Ainda que seja obrigatória a constituição de advogado, os advogados-estagiários, os solicitadores e as próprias partes podem fazer requerimentos em que se não levantem questões de direito.*

*3. (revogado)*

*4. Quando não haja advogado na comarca, o patrocínio pode ser exercido por solicitador.»*

O art. 34.º, *idem*, esclarece:

*«Nas causas em que não seja obrigatória a constituição de advogado podem as próprias partes pleitear por si ou ser representadas por advogados-estagiários ou por solicitadores.»*

Relativamente ao processo executivo vejamos o art. 60.º, *idem*, que espreia:

*«1. As partes têm de se fazer representar por advogado nas execuções de valor superior à alçada da Relação e nas de valor inferior a esta quantia, mas excedente à*



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

*alçada do tribunal de primeira instância, quando tenha lugar algum procedimento que siga os termos do processo declarativo.*

*2. No apenso de verificação de créditos, o patrocínio de advogado só é necessário quando seja reclamado algum crédito de valor superior à alçada do tribunal de comarca e apenas para apreciação dele.*

*3. As partes têm de se fazer representar por advogado, advogado estagiário ou solicitador nas execuções de valor superior à alçada do tribunal de primeira instância não abrangidas pelos números anteriores.»*

Retira-se desde já, do confronto destes normativos, que o Estatuto é mais restritivo do que o disposto na lei do processo civil. E com justificação.

Procurou o legislador civil salvaguardar duas ordens de razões quando impõe o exercício do mandato judicial por intermédio de advogado: por um lado, salvaguardar o distanciamento entre a parte e o litígio, de modo a que a condução do processo seja serena, eficaz, adequada, despida de estados de alma; por outro lado, porque o advogado é o profissional dotado da capacidade técnica adequada para acautelar os interesses da parte que representa (cf. Antunes Varela / J. Miguel Bezerra / Sampaio e Nora, *Manual de Processo Civil*, 2.<sup>a</sup> edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1985, pp. 189 - 190).

Ora, se a primeira razão sustenta-se na intervenção no processo de uma terceira pessoa, não parte, o que permitira afirmar que seria inócua para justificar a obrigatoriedade de constituição de advogado (e não apenas a de advogado-estagiário) a segunda razão já ampara a necessidade de essa terceira pessoa ser dotada de conhecimentos tecnicamente adequados, que se reconhecem, apenas e tão-só, ao advogado.

No entanto, o Estatuto, além de considerar estas razões, olhou ainda a uma terceira: a questão deontológica. Considerando os interesses em apreciação e pressupondo a fase em que o estagiário se encontra, importava olhar também às regras deontológicas, a serem percebidas pelo candidato a advogado aquando da realização



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

do estágio. Para a Ordem o estagiário só tem competência para intervir autonomamente «*em processos não penais quando o respectivo valor caiba na alçada da 1.ª instância*». Para além destes não tem uma competência própria, que lhe permita agir com autonomia. Encontra-se em processo formativo. Violando este dispositivo, o estagiário comete infração disciplinarmente censurável.

Contrariamente ao que poderia indiciar, as normas previstas nos arts. 32.º CPC, 60.º, *idem*, e 189.º, EOA, não se contradizem entre si. As primeiras justificam uma reação do tribunal; a segunda uma reação (disciplinar) da OA.

Ora, não obstante termos verificado diferentes soluções positivas para um mesmo problema, todos os preceitos normativos, independentemente da sua fonte, coincidem em um ponto: os arts. 32.º, 60.º e 189.º têm sempre como critério *a alçada* para aferir da regularidade do mandato judicial vs. da competência de advogado. Se a alçada for igual ou inferior à primeira instância o mandato judicial pode ser exercido autonomamente por advogado-estagiário assim como este atua em conformidade com o seu Estatuto.

Quanto a nós, a questão central que aqui se deve debater é olhando ao Estatuto, pois é nesses termos que o problema é levantado.

Posto isto, avancemos um pouco mais.

A questão colocada para parecer enquadra-se na problemática mais vasta da aplicação da lei processual no tempo, quando o processo se encontra pendente.

*In casu*, quando a ação deu entrada no tribunal o seu valor processual (4.800 euros) era superior ao da alçada da primeira instância (3.740,98 euros). Antes do julgamento passou a vigorar um novo regime de alçadas. A da primeira instância passou a ser de 5.000 euros.

Portanto, de acordo com o art. 189.º, 1, b), *in fine*, o advogado estagiário não poderia exercer, com autonomia, o mandato judicial, no momento em que a ação deu entrada, pois o seu valor ultrapassava o da alçada da primeira instância. No



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

entanto, já poderia exercer o mandato judicial se a ação tivesse dado entrada após a alteração legislativa referida.

A regra do processo civil é a de que a lei nova se aplica aos processos pendentes. Dito com maior propriedade, aplica-se ao ato que se irá realizar no processo pendente a lei que vigora nesse preciso momento (cf. art. 142.º, 1, CPC).

Há no entanto, exceções. Isto é, há situações em que a lei nova não se aplica ao processo pendente. Entre outras, essas exceções ocorrem, nomeadamente, e para o que nos interessa, quanto à forma do processo (art. 142.º, 2, *idem*) e quanto à competência dos tribunais (art. 24.º, 1, LOFTJ).

Da primeira resulta que, adotada a forma do processo *vg.* ordinária, e verificando-se posteriormente um aumento da alçada, esse processo seguirá essa forma e não a sumária. Da segunda constata-se que são irrelevantes quaisquer modificações de facto e/ou de direito que trariam consequências quanto à fixação da competência dos tribunais. Por ex., se o réu altera o seu domicílio na pendência do processo, tendo sido esse o elemento de conexão para a fixação da competência territorial: ou se a lei nova vem dizer que o tribunal competente já não é onde correm os autos mas sim o da comarca vizinha.

Se concluirmos pela aplicação do regime geral, positivado no art. 142.º, 1, iremos defender a possibilidade de o advogado estagiário poder exercer o mandato judicial no ato de julgamento se, nesse momento, a alteração da alçada originar a inclusão do processo pendente na hipótese do art. 189.º, 1, b), parte final, EOA.

Se, pelo contrário, subsumirmos o caso concreto a uma das exceções referidas, então iremos concluir do mesmo modo que o douto parecer emitido pelo assessor do CDL.

Olhemos, então, às exceções.

Não compreendemos a referência pelo CDL ao citado art. 24.º, LOFTJ. Este artigo quer referir-se à aplicação da lei processual no tempo considerando a competência dos tribunais e não outro tipo de competência (das partes?; dos seus mandatários?). Não tem *in casu*, qualquer aplicação, pois o objeto do parecer não se estende para o problema da competência do tribunal que iria apreciar o caso.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

Resta o art. 142.º, 2, que se refere à forma do processo. Falamos deste preceito, porque a forma do processo (comum) é determinada, não só mas também, pela alçada – cf. os arts. 462.º, ss. Apenas por isso.

Ora, diz doutrina autorizada (Idem, *ibidem*, pp. 58-59) que a solução de não aplicar a lei nova à forma do processo que se encontra pendente escora a sua justificação no princípio da economia processual «pelo respeito devido aos actos praticados no pretérito». Com efeito, o processo iniciado sob determinada forma deve seguir os seus termos sob a manta dessa mesma forma. Solução inversa seria manifestamente prejudicial.

Mas, a mesma ideia já não flui quando nos referimos à questão das alçadas enquanto critério de admissibilidade do recurso. Aí «a questão não envolve, como a anterior, a cadeia dos actos que integram todo o esquema processual adequado à apreciação do pedido formulado pelo autor. Circunscreve-se, caso contrário, *a um só acto*, que é a decisão final da causa; e só nasce verdadeiramente, em relação a esse acto, no momento em que a *decisão* é proferida» (o itálico é dos AA.).

Ora, não vemos razões plausíveis para afastar este último entendimento relativamente à questão que nos é colocada.

Com efeito, se aquando da entrada da ação o advogado estagiário não poderia exercer, com autonomia, o mandato judicial, face ao disposto no art. 189.º, 1, b), *in fine*, já o poderia fazer se, nesse momento, o valor da alçada tivesse sido alterado. Há algum motivo para impedir o advogado estagiário de não patrocinar a primeira ação e de permitir o seu patrocínio nessa segunda ação, porque ela dá entrada no momento em que o valor das alçadas foi alterado? Não vemos motivo para isso. Não faz sentido permitir que esse mesmo advogado estagiário possa assinar, durante a manhã, uma peça processual no valor de 4.800 euros, dar entrada com a mesma no tribunal, e não possa, à tarde, intervir em julgamento cuja ação o valor processual são os mesmos 4.800 euros.

*In casu*, não se coloca o problema que a solução do art. 142.º, 2, procura evitar.

Portanto, salvo melhor opinião, é de aplicar a lei reguladora das alçadas em vigor no momento em que o ato processual é praticado e não no momento em que a



## **ORDEM DOS ADVOGADOS**

---

### **Jurisprudência da OA**

ação deu entrada. Dito de outro modo, a lei nova deve aplicar-se imediatamente ao processo pendente para regular os atos a praticar depois da sua entrada em vigor.

### **III. CONCLUSÃO**

Para efeitos do art. 189.º, 1, b), *in fine*, EOA, estando o processo pendente, a fixação da competência do advogado estagiário determina-se de acordo com a lei em vigor no momento em que o ato é praticado.

É este, s.m.o., o nosso parecer.

*À próxima sessão do Conselho Geral.*

Coimbra, 28 de Outubro de 2011.

O Relator: Ricardo Marques Candeias